

## **O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O PAPEL DAS DOUTRINAS LIBERAL E NEOLIBERAL: UMA PRESPECTIVA HISTÓRICA**

Marianna Isabel Medeiros Klaes

### **RESUMO**

Introdução. Formação do capitalismo comercial, industrial e financeiro. Revolução industrial. Influência do liberalismo econômico no desenvolvimento do sistema capitalista. Estado liberal. Evolução do capitalismo industrial e financeiro. Globalização da economia. Fim do socialismo. Influência do neoliberalismo no desenvolvimento do sistema econômico capitalista. O processo produtivo globalizado e o estabelecimento de políticas neoliberais. Importância do intervencionismo estatal na esfera econômica e social. Considerações Finais.

### **1. INTRODUÇÃO**

A sociedade industrial capitalista sofreu profundas modificações após a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, em decorrência do esgotamento de suas estruturas política, econômica e social, delineadas de forma arcaica ainda nos moldes século XIX. Embora tenham sido inovadas no pós-guerra, foram superadas em apenas duas décadas, fato evidenciado com a crise do sistema econômico capitalista, relacionada à do modelo liberal, com sérias consequências sociais em todos os Continentes.

Nos primórdios do século XXI, emerge, então, um novo tipo de sociedade capitalista, denominada de sociedade do conhecimento, dotada de características que a diferem bastante da clássica sociedade industrial, como a integração da economia em uma

escala global e a utilização do capital humano como recurso fundamental, em lugar do desenvolvimento das economias de mercado nacional e do uso capital físico, respectivamente.

O surgimento dessa novel sociedade não pode passar despercebido e para compreendê-lo, é preciso conhecer o desenvolvimento do sistema capitalista nos últimos duzentos anos e a importância do liberalismo econômico e do neoliberalismo para esse processo, objeto de estudo do presente artigo.

Em um primeiro momento, analisa-se o processo de formação do capitalismo industrial e financeiro, considerando suas origens no século XV com o capitalismo comercial e financeiro, e formação, apurada com a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, e o papel desempenhado pelo liberalismo econômico, que permitiu à iniciativa privada agir com total liberdade ao incentivar a criação do sistema da “livre-empresa” e ressaltar, após sua revisão no final do século retrasado, a importância dos mecanismos do governo para promover o equilíbrio de mercado.

A evolução do capitalismo industrial e financeiro globalizado conjugado à influência do neoliberalismo e a importância do intervencionismo estatal na esfera econômico e social durante o século XX, é privilegiada na segunda parte deste trabalho, especialmente no que diz respeito à compreensão dos fatores que levaram ao colapso do sistema de acumulação capitalista durante a década de noventa, à reflexão sobre as políticas neoliberais adotadas em consequência desse e os efeitos colaterais provocadas por sua aplicação.

Contudo, este trabalho não pretende, de modo algum, esgotar o assunto em tela, constituindo-se, de fato, na primeira parte de uma pesquisa mais abrangente, sobre a globalização do sistema econômico capitalista, que, por enquanto, está limitado à realização de uma pesquisa histórica que permita o entendimento da evolução desse sistema e suscite indagações sobre suas atuais características e perspectivas de desenvolvimento.

Observa-se, por fim, que para a elaboração deste foram adotados o método dedutivo, o histórico e o de pesquisa bibliográfica.

## 2. O CAPITALISMO INDUSTRIAL E O LIBERALISMO

### 2.1. FORMAÇÃO DO CAPITALISMO COMERCIAL, INDUSTRIAL E FINANCEIRO

O desenvolvimento do sistema econômico<sup>i</sup> capitalista<sup>ii</sup> esteve sempre relacionado intrinsecamente *à capacidade de acumular, ao aumento do capital incorporado na produção e às transformações ensejadas com esse acréscimo*, e a presença constante de características peculiares, como o papel determinante dos interesses e privilégios dos produtores e consumidores para a produção; o controle do consumo, do mercado e dos recursos naturais; a substituição dos trabalhadores por capital e o risco sobre os resultados das atividades econômicas.

O capitalismo, como processo histórico, econômico e social, resultou do desmantelamento do antigo modo de produção da sociedade agrícola medieval e sua substituição por aquele modelado no seio da sociedade industrial, sendo possível, todavia, identificar algumas de seus aspectos essenciais em civilizações da antiguidade, como a fenícia, a grega e a romana<sup>iii</sup>.

Nos séculos XV e XVI, a política colonial mercantilista das grandes potências européias provocou a acumulação de capitais financeiros, favorecendo a produção mercantil nas cidades e o crescimento das atividades bancárias, possibilitando a conformação do capitalismo comercial e financeiro na Europa, durante os séculos XVI e XVII.

As economias nacionais giravam em torno do comércio, principalmente do comércio internacional, das grandes navegações e da figura do comerciante e do comerciante-banqueiro, responsáveis, respectivamente, pelo recebimento e a distribuição das matérias-primas no mercado, e pelo fornecimento de capitais para a produção de manufaturas, cujo crescimento, gradualmente, se sobrepunha ao das atividades artesanais e corporativas<sup>iv</sup>.

No século XVIII, o sistema econômico capitalista sofreu profundas transformações decorrentes de fatores de ordem política, econômica, social e tecnológica, como, os conflitos entre os Estados e impérios europeus, a utilização do trabalho escravo e o aperfeiçoamento do modo produtivo e de técnicas aplicadas às atividades industriais.

Entre 1760 e 1860, primeira grande etapa da Revolução Industrial, o capitalismo expandiu-se em decorrência do incremento produção das indústrias e a preponderância do modo de produzir sobre a qualidade dos materiais utilizados, permitindo que as empresas acumulassem o capital, empregado no próprio fomento da industrialização, restringido-se, entretanto, praticamente, à Inglaterra e à fabricação de tecidos, ao uso do tear mecânico, do carvão e do ferro<sup>v</sup>.

Na segunda, de 1860 a 1900, com sua difusão, devida ao surgimento das empresas e conglomerados de porte internacional e à reprodução intensificada do capital, centralizada na esfera internacional sem o predomínio de nenhum capital nacional, quase alcançou toda a Europa, os Estados Unidos e o Japão, desenvolvendo-se, nesse período, a indústria química, metalúrgica e automobilística e a utilização de novas tecnologias aplicadas à produção, da energia elétrica e do aço<sup>vi</sup>.

O significativo crescimento da indústria no Continente europeu, a partir da metade do século XIX, produziu mercadorias e capitais em quantidade maior do que os mercados nacionais eram capazes de absorver, situação agravada com o protecionismo dos grandes Estados industriais da Europa, que acabaram buscando no (neo)colonialismo, voltado para a África e Ásia, a saída para consumo e investimento de excedentes, criando um novo imperialismo no mundo<sup>vii</sup>.

O capitalismo industrial e financeiro determinou uma nova condição econômica e social, com a crescente divisão do trabalho, o aumento da população urbana, o progresso dos sistemas de transportes e de comunicação, a produção em massa e em série, o aperfeiçoamento técnico constante, a previsão e conquista de mercados, a oscilações entre períodos de crise e prosperidade<sup>viii</sup>, e o papel de cada um de seus protagonistas: o Estado Liberal<sup>ix</sup>, a empresa, o consumidor e o trabalhador<sup>x</sup>.

A desestruturação do sistema financeiro internacional, a expansão dos cartéis e o descrédito do comércio prejudicaram o equilíbrio do sistema econômico capitalista, juntamente com as disputas coloniais e a concorrência violenta entre as empresas, que se tornaram questões de natureza política-militar, haja vista, por exemplo, a crise do Marrocos, entre 1905 e 1911, e a emergência das indústrias de armamentos, respectivamente, fatores causadores da primeira conflagração mundial, de 1914 a 1918<sup>xi</sup>.

## 2.2. A INFLUÊNCIA DO LIBERALISMO ECONÔMICO

Sob a égide do liberalismo econômico, o capitalismo industrial do século XIX auto-regulou-se exclusivamente pelas indicações do mercado, especificamente, pelo mecanismo de formação dos preços, de acordo com a lei da oferta e da procura, desconsiderando a observância de princípios de ordem ética<sup>xii</sup>. O mercado tornou-se o centro da doutrina liberal, ao se constituir no ponto de encontro das vontades individuais, onde se estabeleciam as relações contratuais<sup>xiii</sup>.

O liberalismo econômico restringiu a atuação estatal e da sociedade na economia. O papel do Estado Liberal, que possuía o monopólio legítimo da violência, resumia-se na proteção do indivíduo ao resguardar as liberdades civis e a manutenção da liberdade econômica<sup>xiv</sup>.

Apesar do crescimento econômico sem precedentes experimentado durante o século XIX, que deu crédito a algumas afirmações de Adam Smith e dos utilitaristas modernos, por volta de 1880, as crises periódicas de superprodução, baseadas na concorrência, no aumento constante da capacidade produtiva e na distribuição desigual de renda<sup>xv</sup>, as quais se somaram a organização progressiva das classes trabalhadoras e a difusão do catolicismo social, levaram à revisão dos pressupostos políticos, econômicos e sociais da doutrina liberal.

Os pensadores liberais neoclássicos eram contrários à intervenção estatal, de associações comerciais e sindicatos em assuntos econômicos e sociais. Causadora das distorções do mercado, ao obstaculizar o estabelecimento de relações contratuais livres, comprometia ordem natural que seria inerente aquele, devendo, portanto, ser eliminada.

Interpretavam a idéia de *mão invisível*, de Adam Smith, de forma restritiva, posto que, o autor de *A Riqueza das Nações*, defendia mais o limite ao excesso da atividade estatal do que a redução das funções públicas ao mínimo, especificamente em relação ao estudo do princípio do livre mercado à luz de suas considerações sobre a natureza das taxas, dos impostos e deveres do Estado<sup>xvi</sup>, que possibilita, para Boaventura de Souza Santos, um novo entendimento do princípio do *laissez faire*<sup>xvii</sup>.

No final do século XIX, o incremento da legislação sobre política econômica e social, destacando-se o estabelecimento de novas instituições estatais, em sua

maior parte, para a aplicação das políticas do *laissez faire*, das “leis de pobreza”, voltadas aos desamparados e, gradualmente, das leis sociais, fizeram com que os liberais reconhecessem que o Estado pode e deve intervir nos planos econômico-social, para o bem estar da sociedade.

O Estado Liberal transformou-se, naquele momento, no Estado do Bem Estar Social ou Estado Providência, protetor dos direitos sociais, civis e políticos, promotor do crescimento e da estabilidade econômica e social, ao exercer controle sobre o mercado e produzir bens e serviços e, em uma escala maior, agente consolidador do capitalismo industrial e financeiro<sup>xviii</sup>.

### **3. O CAPITALISMO INDUSTRIAL E FINANCEIRO E O PAPEL DO NEOLIBERALISMO**

#### **3.1. A ERA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL**

Logo após a I Guerra Mundial, a desorganização da produção agrícola e industrial e do consumo na Europa, haja vista a destruição dos sistemas produtivos e debilidade das economias nacionais das dívidas assumidas com as despesas desse conflito e da inflação generalizada, resultou na superprodutividade nos setores industrial e agrícola, saturação do consumo interno e especulação financeira nos Estados Unidos, provocando, em 1929, a queda bolsa de valores de Nova York, com efeitos devastadores para as economias nacionais e internacionais, por exemplo, o desemprego em massa e o declínio dos salários reais.

O New Deal lançado, em 1933, nos Estados Unidos para contornar a situação<sup>xix</sup> acabou difundindo o keynesianismo e suas práticas políticas, o modelo de Estado Social, e, assim, a necessidade de planejamento da economia, da organização do mercado de trabalho, de desenvolvimento da infra-estrutura e do controle do mercado de oferta, por parte dos governos nacionais<sup>xx</sup>, que ensejou a formação do denominado capitalismo monopolista, com base na atividade empresarial, e o crescimento do mercado mundial durante a década de trinta.

À segmentação do mercado internacional depois da II Guerra Mundial, de 1939-1945, correspondente aos blocos geopolíticos polarizados nos Estados Unidos e União Soviética, o capitalista-democrático e o socialista-soviético, ambos caracterizados por modos diferentes de produção do capital<sup>xxi</sup>, sucedeu o crescimento acelerado das economias capitalistas especialmente no curso dos anos cinquenta, respaldado na criação do sistema de Bretton Woods, na intensificação dos mercados, principalmente, do setor dos bens de consumo, na progressão do poder aquisitivo dos salários e no modo de produção fordista.

A nova divisão internacional do trabalho e a flexibilização dos processos produtivos, entre outros fatores associados à ampliação do capitalismo industrial em escala mundial, permitiram às organizações econômicas internacionais voltadas à produção ou comercialização de mercadorias e serviços negociar com mais liberdade no que tange às restrições impostas pelo Estado Social, adquirindo as multinacionais e, posteriormente, as transnacionais, preeminência sobre as economias nacionais e papel decisivo no desenvolvimento do sistema capitalista<sup>xxii</sup>.

Contudo, a defasagem entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção na década de sessenta, refrearam o progresso do capitalismo industrial e financeiro, fazendo com que o fordismo entrasse em declínio nas décadas seguintes e fosse substituído por outro regime de acumulação, mais tarde denominado de toyotismo, caracterizado pela diversificação e flexibilidade, e relacionado a maior qualificação do trabalhador, redução da mão de obra e, portanto, dos níveis de emprego<sup>xxiii</sup>.

O sistema de paridades fixas atravessou violentas crises no mesmo período: as do dólar, em 1971 e 1973, causadas pelo desempenho negativo da balança de pagamentos dos Estados Unidos, gerando a instabilidade do câmbio mundial, e as do petróleo, em 1973 e 1979, resultantes da elevação brutal dos preços, especialmente nesse último ano, quando iniciou a guerra entre o Irã e o Iraque, que levaram ao aumento das taxas de juros, desemprego, inflação<sup>xxiv</sup>.

A busca de soluções alternativas para superar a crítica situação por parte dos governos nacionais e das grandes companhias internacionais, resultou, nas décadas de oitenta e noventa, no advento de novas tecnologias, aplicadas, principalmente, no campo das telecomunicações, da informática, biomédica e química fina e, em consequência, de um novo

modo de produção capitalista, caracterizado, ainda, pelo emprego maciço de capital, organização eficiente<sup>xxv</sup> e sistemas de alto desempenho<sup>xxvi</sup>.

Com a queda do Muro de Berlin, em 1989, e da modificação das relações político-econômicas em todo o mundo, a ex-União Soviética e países socialistas da Europa Oriental, América, África e Ásia, “defrontaram-se” com uma realidade assustadora, a reprodução ampliada do capital em larga escala<sup>xxvii</sup>, sob a égide de um fenômeno associado à própria desintegração dos paradigmas clássicos da sociedade industrial, a globalização, que transcende as esferas da economia (sistemas produtivos, comércio e finanças) e tecnologia, alcançando o plano do Estado (o poder político-jurídico soberano e a hegemonia das grandes potências), da mídia e da cultura, destacadamente, da educação e religião<sup>xxviii</sup>.

Segundo Lester Thurow, não foi apenas o socialismo que encontrou seu fim após o término da Guerra Fria, posto que ao ficar sem um inimigo ideológico, o capitalismo depara-se com o desaparecimento de suas verdades fundamentais, como o pleno emprego, a estabilidade financeira e o crescimento econômico<sup>xxix</sup>.

Afirma, por outro lado, que seu “fracasso” deve, realmente, ser procurado, na desaceleração da indústria armamentista milita, na inter-relação entre as novas tecnologias e ideologias, e seus efeitos deletérios para o sistema econômico capitalista, que guardam certa semelhança com aqueles provocados pelo colapso de 1929<sup>xxx</sup>, ao causarem sérios desequilíbrios nesse sistema, haja vista a crise econômico-financeira do México, em 1994, do Continente asiático, em 1997, da Rússia, em 1998, e da Argentina, em 2001.

As transformações do sistema econômico capitalista e sua internacionalização através da globalização alteraram significativamente o perfil da sociedade industrial, alcançando essa *uma fase inédita de seu desenvolvimento, para alguns definido como pós-industrial*<sup>xxxi</sup>.

### 3.2. O PAPEL DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo, que nasceu na Europa, logo após a II Guerra Mundial, no ápice do Estado Providência, é diferente do liberalismo clássico. Seu principal teórico, Frederick Hayek, condenava os mecanismos de regulamentação do mercado, considerando-os



prejudiciais ao desenvolvimento político e econômico, e, para combater sua aplicação e o keynesianismo, fundou, em 1947, a Sociedade de Mont Pelerin, estabelecendo os fundamentos para a criação de um novo capitalismo, duro e livre de regras para o futuro<sup>xxxii</sup>.

Nos anos setenta, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, as idéias dos pensadores neoliberais tornaram-se populares, ao analisarem o colapso do capitalismo industrial e financeiro e do fordismo e concluírem que a chave da questão estava no poder excessivo concedido aos sindicatos e ao movimento operário, cuja atuação abalara a taxa de acumulação capitalista, e a saída, no controle estatal sobre o poderio dos trabalhadores e o dinheiro usado com fins sociais, bem como, na estabilidade cambial, que o Estado deveria manter a qualquer preço.

O neoliberalismo, colocado em prática somente na década de oitenta, com os governos de Margareth Tachter (Grã-Bretanha), Helmut Khol (Alemanhã) e Ronald Reagen (Estados Unidos), adotado, depois, na Austrália, e quase todos os países da Europa Oriental, exceto a Suécia, para conter a inflação, alcançou seu objetivo<sup>xxxiii</sup>. As taxas de lucro foram recuperadas, especialmente na Europa Ocidental, aumentaram os valores das bolsas e a tributação dos salários foi diminuída.

A aplicação de políticas neoliberais teve conseqüências econômicas e sociais negativas para os Estados da Comunidade Européia, não havendo mudanças significativas na taxa de crescimento, as taxas de acumulação caíram e os índices do desemprego estrutural aumentaram, a magnitude das empresas norte-americanas diminuiu e a seguridade econômica desconsiderada. Mas o mesmo não aconteceu com os investimentos, porque a desregulamentação financeira criou condições mais favoráveis à especulação do que à produção, superando, as transações financeiras as de natureza comercial.

Os Estados latino-americanos implementaram medidas neoliberais na década de noventa<sup>xxxiv</sup>, por recomendação do Consenso de Washington, realizado em 1989, e do qual participaram integrantes do governo norte-americano, FMI, BIRD e Banco Mundial para estudarem a sua situação econômica, recomendando, aqueles, o estabelecimento de práticas de natureza neoliberal, cujo êxito como ideologia e prática política é relativo, haja vista os problemas cambiais decorrentes de sua aplicação e o retrocesso alcançado, principalmente em matéria de saúde, educação e distribuição de renda<sup>xxxv</sup>.

Ao observar a relação entre as práticas neoliberais e as condições que definem a dinâmica contemporânea da sociedade moderna e do sistema capitalista, Göran Therborn ressalta que o neoliberalismo não produziu nenhuma vitalização básica do capitalismo global, uma vez que a globalização não só uniformiza, mas também polariza as políticas neoliberais e práticas sociais, em função das estratégias estabelecidas para alcançar o mercado internacional<sup>xxxvi</sup>.

Entretanto, Atilio Borón, discorda de sua concepção, ao recordar que a internacionalização do sistema capitalista não corresponde a uma hegemonia mundial das políticas neoliberais, posto que, praticamente restritas ao Ocidente, são desconhecidas no Continente asiático, sendo aplicadas apenas em parte do sistema capitalista<sup>xxxvii</sup>.

Apesar de ter resultados positivos, perceptíveis no controle aparente da inflação, o neoliberalismo não tem promovido o crescimento econômico e, ao desconsiderar as diferenças entre os sistemas capitalistas nacionais, produziu um retrocesso, com o agravamento das dificuldades econômicas, dando origem a um verdadeiro *apartheid* econômico e social, e ao esgotamento de suas verdades fundamentais<sup>xxxviii</sup>.

A partir da análise sobre o processo produtivo globalizado e seus reflexos sociais, Osvaldo Coggiola, considera que o estabelecimento de políticas neoliberais é *um recurso de crise aplicado pelo conjunto das forças (de qualquer orientação política e ideológica) comprometidas com o capital e com o imperialismo*<sup>xxxix</sup>, uma saída para um dos colapsos mais graves que o sistema econômico capitalista havia enfrentado em toda sua existência, principalmente na Europa e na América, que terminou se convertendo em fonte de inúmeros problemas de ordem econômica e social, como a supressão dos direitos sociais, uma de descarregar o colapso do capitalismo nas costas dos trabalhadores<sup>xl</sup>.

Segundo Coggiola, é possível identificar a existência de uma contradição fundamental na eleição das práticas neoliberais, atualmente baseadas em uma violenta reação anti-liberal, manifestada num crescimento espetacular do protecionismo econômico, como consequência da guerra comercial entre as potências capitalistas e os blocos econômicos, apesar de todos os acordos comerciais de livre comércio firmados<sup>xli</sup>.

Essa incoerência suscita a necessidade de reflexão sobre a semelhança entre a intervenção do Estado no mercado mundial, com o objetivo de promover o equilíbrio de seus mecanismos e o crescimento econômico e social, sob a égide do neoliberalismo, e da

revisão do liberalismo econômico no final do século XIX, quando a intervenção dos governos nacionais foi indispensável para o sucesso da política do *laissez faire* e aplicação da justiça social.

Guardando-se a devida proporção entre a diferença do modo de produção e a conjuntura econômica e social, em ambos os casos, o Estado tornou-se o elemento mediador da harmonia econômica e social, em meio a dois profundos processos de reestruturação produtiva do sistema capitalista nos últimos duzentos anos, relacionados, simultaneamente, ao desenvolvimento e a internacionalização do capitalismo industrial, financeiro e concorrencial, e a ascensão e na queda do socialismo, respectivamente, sendo possível, considerar a atuação estatal um fator muito importante para estabelecer o equilíbrio do mercado internacional, mesmo com as limitações impostas a ordem soberana pela própria globalização econômica.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas neoliberais aplicadas na Europa, Estados Unidos e América Latina não conseguiram promover o crescimento das economias nacionais no início do novo milênio, entretanto, tem mantido uma relativa e provisória estabilidade nos mercados nacional e internacional, em um momento em que o sistema econômico capitalista enfrenta uma séria crise, comparável ao que se seguiu a queda da bolsa de valores de Nova York em 1929.

Os problemas sociais, especialmente do desemprego estrutural, a queda dos salários reais e a supressão paulatina dos benefícios, caracterizam o retrocesso da justiça social e a destruição eminente do trabalho, haja vista o sacrifício da capacidade de empregar para promover o equilíbrio do mercado, da produção e do consumo, em razão do lucro que é almejado com a atuação das empresas transnacionais e a acumulação de capital.

Desta feita, a intervenção do Estado na esfera econômica e social apresenta-se como uma alternativa para resolver os problemas decorrentes da crise global do sistema capitalista, principalmente na América Latina. A necessidade de se reconsiderar a importância do trabalho, especializado ou não, no processo produtivo, e do Estado, se constitui em ponto crucial para a revisão das práticas neoliberais e sua adaptação às

peculiaridades das economias capitalistas ocidentais, que pedem soluções diferenciadas, tanto no se refere ao mercado, quanto ao estabelecimento das políticas econômicas nacionais.

#### NOTAS

<sup>i</sup> Compreende-se, aqui, sistema econômico como o conjunto de instituições jurídicas e sociais que organizam a produção e distribuição de bens econômicos, seguindo princípios estabelecidos de acordo com um determinado ideal filosófico. Seu conceito abrange a idéia de regime econômico, que se refere ao “conjunto de leis, decretos, regulamentos, normas, resoluções, instruções, avisos e portarias disciplinadoras e norteadoras das relações econômicas em cada sociedade” e a de estrutura econômica, isto é, “a necessária proporcionalidade existente entre os elementos imanentes ao sistema econômico, em sua constante inter-relação e coordenação, orientando os meios técnicos para a obtenção do equilíbrio econômico em função dos móveis dominantes no tempo e no espaço”. In: GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 13 ed. São Paulo: São Paulo: Saraiva, 1987, p. 50-51.

<sup>ii</sup> O capitalismo pode ser designado como: “o sistema de produção conduzido pelo objetivo central de acumulação do capital, independente do regime político prevalecente, fundado em relações contratuais de trabalho, em que predominam, portanto, os interesses representados na relação capital/trabalho, mesmo quando organizados de modo diferente dessa objetivação das relações de produção” In : PEDRÃO, Fernando. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 25.

<sup>iii</sup> HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980, p. 30-44.

<sup>iv</sup> HUGON, Paul. **Idem**, p. 84.

<sup>v</sup> GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza**. Tradução de F. R. Nicklesen. 9 ed. São Paulo: Pioneira, 1988, p. 2. Ver ainda: CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. Tradução de Luciana B. Gouveia. São Paulo: Atlas, 1994, p. 18.

<sup>vi</sup> **Idem. Ibidem**.

<sup>vii</sup> A teoria marxista do imperialismo (ou colonialismo) tenta explicar a estrutura do mundo moderno em termos de competição entre as grandes potências neocoloniais para encontrar novos mercados, fontes de matérias primas, oportunidades de investimento e aumentar sua influência política e cultural, centrando-se na necessidade de expansão do capitalismo. Não foi desenvolvida por Karl Marx, mas por outros socialistas: Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Bukarin e, nessa mesma linha, pelo social liberal J. A. Hobson. In: SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Tradução de Reinaldo Orth. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 43.

<sup>viii</sup> As crises periódicas de superprodução são características do sistema capitalista e estão relacionadas aos ciclos econômicos, que incluem períodos de expansão e depressão. In: BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução de Antônio Carlos R. Moraes e Antonio Christofolletti. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 147-193.

<sup>ix</sup> FARIA, José Eduardo. **Direito e globalização econômica**. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 16-27.

<sup>x</sup> PEDRÃO, Fernando. Op. cit., p. 129-145.

<sup>xi</sup> BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Tradução de Lourival Gomes Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1964, p. 831-869.

<sup>xii</sup> O capitalismo industrial nasceu sob o signo da doutrina liberal, que inaugurou uma era de total liberdade da iniciativa privada no processo produtivo, assumindo, aquela uma posição extremamente radical ao considerar como razão suprema da sociedade a criação de condições para o pleno exercício da liberdade individual. O liberalismo possui três núcleos: o econômico, que está relacionado aos direitos econômicos e de propriedade, e a economia de mercado livre de controles estatais; o moral, que contém uma afirmação de direitos e valores atribuíveis a natureza humana, como a liberdade, a dignidade e a vida; e o político, que está associado a democracia participativa e inclui os direitos políticos. O núcleo econômico é conhecido como “individualismo econômico”, “sistema de livre empresa” ou “capitalismo”: as liberdades e os direitos dos indivíduos de comprarem, venderem e produzirem através de uma economia de mercado para satisfazerem suas necessidades da maneira que lhes for mais conveniente. In: MACRIDIS, Roy C. **Ideologias políticas contemporâneas**. Tradução de Luís Tupy Caldas de Moura. Brasília: UnB, 1982, p. 38.

<sup>xiii</sup> “Aí, o indivíduo – o célebre “homem econômico” – motivado pelo auto-interesse, compra e vende, contrata trabalhadores, toma emprestado e empresta dinheiro, investe em companhias de sociedade anônima ou empresas marítimas e encontra emprego. O mercado reflete a oferta e procura de bens e isso, por sua vez, determina os seus preços. O mercado é o melhor termômetro para registrar a atividade econômica, pois a procura obviamente

levanta os preços e, em consequência estimula a produção até que a procura e satisfeita e os preços começam a se nivelar”. In: MACRIDIS, Roy C. **Idem**, p. 41.

<sup>xiv</sup> Ver nota 12.

<sup>xv</sup> BENKO, Georges. Op.cit., p. 147-193.

<sup>xvi</sup> SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 228-248 e p.282-356.

<sup>xvii</sup> “para quem a idéia de comércio gera liberdade e civilização vai de par com a defesa das instituições políticas que garantam um comércio livre e civilizado. Ao Estado cabe um papel muito activo, e, de facto, crucial na criação de condições institucionais e jurídicas para a expansão do mercado. Como Billet muito bem afirma, do primeiro ao último capítulo de Na Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, ficamos impressionados com a idéia, fundamental no pensamento de Adam Smith, de que a natureza dê instituições e as práticas políticas de uma nação afectam decisivamente a sua capacidade para um desenvolvimento econômico firme”. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 118.

<sup>xviii</sup> FARIA, José Eduardo. Op. cit., p. 17.

<sup>xix</sup> Os Estados Unidos conseguiram obter uma certa estabilidade adotaram uma série de medidas no governo do presidente Roosevelt, conhecidas como New Deal, especificamente: a criação de um seguro-desemprego e de um programa de obras públicas, a integração do sistema siderúrgico e metalúrgico, a expansão do sistema de transportes e da indústria automobilística nacional, controle estatal dos preços dos produtos agrícolas e industriais, fornecimento de empréstimos aos proprietários agrícolas e revitalização da indústria nacional. A recuperação dos Estados Unidos influenciou positivamente as economias capitalistas e fez com que o país passasse a centralizar as operações financeiras internacionais, tornando-se o maior credor do mundo. In: BURNS, Edward McNall. Op. cit., p. 906-910.

<sup>xx</sup> HUGON, Paul. Op. cit., p. 410-414.

<sup>xxi</sup> MAGNOLI, Demétrio. **Da guerra fria à detente: política internacional contemporânea**. Campinas: Papirus, 1988, p.45.

<sup>xxii</sup> IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 46.

<sup>xxiii</sup> O modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial baseado na produção em massa e em série entra em colapso, na década de sessenta. A resposta das forças capitalistas esteve baseada na luta contra a rigidez, que levou a desvalorização da força de trabalho e a utilização das novas tecnologias de automação, como suporte material para o remodelamento da organização do trabalho, dos processos de produção, dos sistemas de gestão, da qualidade dos produtos e, mesmo, do consumo. Nos anos setenta e oitenta, o capitalismo adquiriu uma nova configuração, denominada de acumulação flexível, baseada em algumas das características das formas de organização da produção do taylorismo primitivo, e todas as do fordismo periférico e do neofordismo, e na ausência do controle tradicional da acumulação do capital (setor privado) ou daquele exercido por parte do Estado. A flexibilidade foi uma maneira que o sistema produtivo encontrou para enfrentar a modernização, a princípio, no interior das empresas, como estratégia orientada para o mercado externo, e no mercado externo, como estratégia orientada no mercado de trabalho interno. Contudo, na década de noventa, a flexibilidade traduz apenas, parcialmente, as transformações do modo de produção capitalista, em face de outros aspectos do capitalismo moderno. In: BENKO, Georges. Op. cit., p. 19-24 e p. 115-124..

<sup>xxiv</sup> MAYA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 1995, p. 42-53.

<sup>xxv</sup> CARUSO, Rosalba. Galbraith: a mudança industrial. In: DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. Tradução de Anna Maria Capovilla, Luis Sérgio Nascimento Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Maria Cristina Guimarães Cupertino, Renato Ambrósio. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 128.

<sup>xxvi</sup> SACHEZ, Inaiê. **Para entender a internacionalização da economia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999, p.63-64.

<sup>xxvii</sup> IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 11-33 e p.141-163.

<sup>xxviii</sup> CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

<sup>xxix</sup> THUROW, Lester. **El futuro do capitalismo**. Barcelona: Ariel, 1996, p. 189-214

<sup>xxx</sup> **Idem.Ibidem**.

<sup>xxxi</sup> Ver nota n. 25.

<sup>xxxii</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir *et alli* (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, p. 9-10.

<sup>xxxiii</sup> PETRAS, James. **Neoliberalismo: América, Estados Unidos e Europa**. Tradução de Ana Maria Ruediger Naumann. Blumenau: FURB, 1999, p. 179-229.

---

<sup>xxxiv</sup> PETRAS, James. **Idem**, p. 17-176.

<sup>xxxv</sup> As propostas do Consenso de Whashington para a América Latina, estão direcionadas *por um lado, a redução drástica do papel do estado e a corrosão do conceito de nação, por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco*, privilegiando-se a soberania do mercado auto-regulável nas relações econômicas nacionais e internacionais. In: BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: PEDEX, 1994, p. 27.

<sup>xxxvi</sup> THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir *et alli* (org.). Op. cit., p. 39-50.

<sup>xxxvii</sup> BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir *et alli* (org.). Op. cit., p. 143-146.

<sup>xxxviii</sup> **Idem. Ibidem.**

<sup>xxxix</sup> COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou a crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996., p. 199.

<sup>xl</sup> “As privatizações, fechamento de empresas, bloqueios à produção, destruição de serviços públicos, não expressam uma ideologia determinada, mas veiculam o método fundamental do capitalismo para sair da crise e reconstruir as suas margens de lucro: a destruição do potencial produtivo historicamente criado pela sociedade, que torna evidente o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e as relações de produção vigentes. Essas políticas exprimem uma necessidade orgânica do capitalismo em crise”. In: COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Idem**, p. 196.

<sup>xli</sup> In: COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Idem**, p. 199.